

3. Na etapa intralaboratório - triagem/ encaminhamento TERMÔMETROS E CONTROLE DE TEMPERATURA

1. Tipos de termômetros
2. Controle de temperatura
3. Influência da temperatura nos exames em amostras de sangue
4. Estabilidade de amostras urinárias no transporte ELETROQUÍMICA ELETROFORESE ESPECTROFOTOMETRIA NEFELOMETRIA, TURBIDIMETRIA CONCEITOS BÁSICOS EM AUTOMAÇÃO GASOMETRIA E EQUILÍBRIO ÁCIDO BÁSICO ELETROLITOS: SÓDIO, POTÁSSIO, CLORETO, LÍTIU ESTATÍSTICA APLICADA A LABORATÓRIO SELEÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE PROCEDIMENTOS LABORATORIAIS
- VALIDAÇÃO DE UM MÉTODO VALORES DE REFERÊNCIA CONTROLE DE QUALIDADE NA FASE ANALÍTICA EXAME DE URINA TIPO I BIBLIOGRAFIA

Recomendações da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica Medicina Laboratorial para Coleta de Sangue Venoso - 2ª Edição, 2009

Gestão da fase Pré Analítica Recomendações da Sociedade Brasileira de Patologia Clínica Medicina Laboratorial, 2010

Tietz Textbook of Clinical Chemistry - Carl A. Burtis, Edward R. Ashwood, 3rd edition

Gestão da Fase Analítica do Laboratório - Como assegurar a qualidade na prática - volume I, 1ª. Edição, 2010

Urinalise e Fluidos Corporais - Susan K. Strasinger, Marjorie S. Di Lorenzo - 5ª. Edição, 2009

PROVA ESCRITA - constará de 20 (vinte) questões MÚLTIPLA ESCOLHA, cada uma delas com 4 alternativas, valendo 5 pontos cada questão - TOTALIZANDO 100 pontos.

O candidato somente será considerado habilitado para a prova prática-oral se obtiver nota igual ou superior a 50 pontos na prova escrita.

PROVA PRÁTICA-ORAL - será avaliada na escala de 0 a 100 pontos e consistirá na ELABORAÇÃO DE CASOS ENVOLVENDO AÇÕES DO COTIDIANO DE BIOQUÍMICA CLÍNICA e DEMONSTRAÇÃO POR PARTE DO EXAMINADO DE COMO SOLUCIONAR ESTES PROBLEMAS PRÁTICOS, ASSOCIANDO-SE A IMAGENS DE SEDIMENTOSCOPIA URINÁRIA PARA IDENTIFICAÇÃO DE ESTRUTURAS.

Secretaria de Estado da Saúde
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Comissão de Concursos Públicos - CCP
Concurso Público: AUXILIAR DE ENFERMAGEM
Edital HCFMUSP no. 200/2010-CCP
ABERTURA DE INSCRIÇÕES

O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - HCFMUSP, através da Comissão de Concursos Públicos - CCP, nos termos do Decreto no. 21.872, de 6.1.84, Portaria HCFMUSP 02, de 25.4.84 e autorização governamental constante do processo SS - 1870/07, torna pública a abertura do concurso público para preenchimento de 35 (trinta e cinco) funções-atividades de AUXILIAR DE ENFERMAGEM do Quadro de Servidores deste Hospital, sob regime da CLT, para a DIVISÃO DE ENFERMAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA DO INSTITUTO CENTRAL.

As inscrições deverão ser enviadas pelo correio, CARTA REGISTRADA + AVISO DE RECEBIMENTO (AR), no período de 15/12/2010 a 07/01/2011, podendo, a critério da Banca Examinadora, serem prorrogadas.

As datas de postagem deverão corresponder ao período de inscrição acima.

O concurso público será regido pelas Instruções Especiais no. 200/2010-CCP, a seguir transcritas:
Instruções Especiais no. 200/2010-CCP

1. Estas Instruções Especiais regem o concurso público para preenchimento de 35 (trinta e cinco) funções-atividades de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a DIVISÃO DE ENFERMAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA DO INSTITUTO CENTRAL do Quadro de Servidores do HCFMUSP, das quais 5% (cinco por cento) destinam-se às pessoas portadoras de deficiência nos termos das Leis Complementares 683, de 18/9/1992 e 932, de 08/11/2002.
- DA FUNÇÃO-ATIVIDADE
2. O concurso público destina-se ao preenchimento de 35 (trinta e cinco) funções-atividades de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a DIVISÃO DE ENFERMAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA DO INSTITUTO CENTRAL, mais as que vagarem ou forem criadas durante a vigência do seu prazo de validade.
- DAS ATRIBUIÇÕES
3. As atribuições da função-atividade de AUXILIAR DE ENFERMAGEM para a DIVISÃO DE ENFERMAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA DO INSTITUTO CENTRAL, serão as seguintes:
Trabalho de execução operacional que consiste em prestar cuidados diretos de enfermagem ao paciente por delegação e sob supervisão da enfermeira, executando:
- Cuidados de higiene, segurança, conforto, alimentação, movimentação e deambulação;
- Controle de sinais vitais;
- Administração e preparo de medicamentos prescritos;
- Atendimento de emergência;
- Executar tratamentos diversos: calor, frio, aspiração, nebulização, curativos simples, sondagens gástrica e vesical, lavagem gástrica e intestinal;
- Colher amostras de materiais para exames de laboratório e encaminhá-los;
- Preparar e encaminhar pacientes para exames, cirurgias e tratamentos;
- Preparar e montar unidade do paciente, salas, equipamentos e materiais para exames, cirurgias e internações;
- Executar as atividades de limpeza, desinfecção e esterilização de materiais;
- Prestar assistência direta a pacientes, por meio da sistematização da assistência de enfermagem, acompanhando e registrando observações, cuidados e procedimentos prescritos
- Orientar os familiares no horário da visita
- Atender ao paciente em suas necessidades básicas e solicitações
- Registrar as observações e ocorrências com o paciente no prontuário hospitalar;
- Zelar pela manutenção da limpeza e ordem em seu ambiente de trabalho;
- Cumprir normas e regulamentos do Hospital;
- Cumprir normas e regulamentos do Coren
- DOS SALÁRIOS
4. A remuneração o inicial para a função-atividade de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, em jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais é de R\$ 777,25 mensais e, corresponde ao Padrão 2-A, da Escala de Vencimentos - Nível Intermediário, da Área Saúde e gratificações, conforme legislação vigente.
- DAS INSCRIÇÕES
5. São condições para inscrição:
5.1. ser brasileiro, nato ou naturalizado ou gozar das prerrogativas previstas no artigo 12 da Constituição Federal e demais disposições de lei, no caso de estrangeiros;
5.2. possuir idade mínima de 18 anos, até a data de encerramento das inscrições;
5.3. quando do sexo masculino, haver cumprido as obrigações para com o Serviço Militar;
5.4. estar quites com a Justiça Eleitoral;
5.5. ter o DIPLOMA ou CERTIFICADO ou ATESTADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO, expedido por escola oficial ou reconhecida;

- 5.6. ter DIPLOMA ou CERTIFICADO ou ATESTADO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM;
- 5.7. ter CÉDULA DE IDENTIDADE DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM - AUXILIAR DE ENFERMAGEM - COREN OU DA FRANQUIA PROVISÓRIA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE;
5.8. a apresentação dos documentos comprobatórios das condições exigidas nos itens 5.1 a 5.4 será feita em data a ser fixada por Edital, publicado no Diário Oficial do Estado, após a HOMOLOGAÇÃO do concurso público e antes da admissão;
5.9. a não apresentação dos documentos na data fixada, eliminará o candidato do concurso público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.
6. Para inscrever-se o candidato deverá:
6.1. preencher a ficha que deverá ser extraída do site <http://www.hcnet.usp.br> e o preenchimento, a data e a assinatura devem ser sem rasuras, de forma legível, correta e completa, utilizando caneta esferográfica azul ou preta.
6.2. grampear na ficha de inscrição;
a. cópia da CÉDULA DE IDENTIDADE OU PROTOCOLO DE SOLICITAÇÃO;
b. cópia do DIPLOMA ou CERTIFICADO ou ATESTADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO, expedido por escola oficial ou reconhecida;
c. cópia do DIPLOMA ou CERTIFICADO ou ATESTADO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM;
d. cópia da CÉDULA DE IDENTIDADE DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM - AUXILIAR DE ENFERMAGEM - COREN OU DA FRANQUIA PROVISÓRIA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE;
e. original do comprovante de depósito bancário individual da taxa de inscrição para cada inscrição a favor da Agência 01330-7 - Conta 13000007-3 no valor de R\$36,12 (trinta e seis reais e doze centavos), de acordo com a Tabela da CAT - Coordenadoria de Administração Tributária, efetuado em qualquer Agência da Nossa Caixa S.A. de preferência próxima a residência do candidato exceto nas agências Clovis Bevilacqua, Matriz, Secretaria da Saúde e as localizadas em Forum;
f. o candidato portador de deficiência deverá verificar se as atribuições do cargo, são compatíveis com a deficiência de que é portador e deverá ANEXAR A FICHA DE INSCRIÇÃO ORIGINAL DO ATESTADO MÉDICO descrevendo o tipo e o grau de deficiência que apresenta, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como se necessita ou não de condições especiais para submeter-se às provas e na ausência desse atestado médico o candidato não poderá usufruir do que dispõem as Leis Complementares no. 683, de 18/9/92 e 932, de 08/11/2002 e será considerado como não portador de deficiência. O candidato que não declarar ser portador de deficiência, no ato da inscrição, e/ou não atender ao solicitado, não será considerado portador de deficiência, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação, não terá as condições especiais solicitadas providenciadas, não concorrerá às vagas reservadas, seja qual for o motivo alegado.
g. o candidato amparado pela Lei Estadual 12.782 de 20 de dezembro de 2007 deverá juntar comprovantes comprobatórios solicitados no subitem 6.6.
h. o candidato amparado pela Lei Estadual 12.147 de 12 de dezembro de 2005 deverá juntar comprovante comprobatório solicitado no subitem 6.7
- 6.3. declarar que: tomou ciência do Edital e Instruções Especiais; as informações prestadas são verídicas; possui os documentos comprobatórios das condições exigidas para inscrição, conforme item 5 do presente edital.
- 6.4. colocar a ficha de inscrição e documentos grampeados dentro de envelope e enviar pelo correio, CARTA REGISTRADA + AVISO DE RECEBIMENTO (AR), para o seguinte endereço: Serviço de Recrutamento, Seleção e Movimentação de Pessoal da Divisão de Recursos Humanos do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Rua Dr. Ovidio Pires de Campos, 225 - 1ª. andar - Prédio da Administração - Cerqueira César - São Paulo - SP - CEP 05403-010.
- 6.5. o comprovante de inscrição para o concurso público será o comprovante fornecido pelo correio (AR) e o número de inscrição será o mesmo.
- 6.6. em atendimento à Lei Estadual 12.782, de 20 de dezembro de 2007, o candidato terá direito à redução de 50% (cinquenta por cento) do valor do pagamento da taxa de inscrição, desde que, CUMULATIVAMENTE, atenda aos seguintes requisitos:
a. SEJAM ESTUDANTES, assim considerados os que se encontrem regularmente matriculados em uma das séries do ensino fundamental ou médio, curso pré-vestibular ou curso superior, em nível de graduação ou pós-graduação E cumulativamente PERCEBAM REMUNERAÇÃO MENSAL INFERIOR A 2 (DOIS) SALÁRIOS MÍNIMOS OU ESTEJAM DESEMPREGADOS;
b. para a comprovação das condições acima estabelecidas, o CANDIDATO DEVERÁ APRESENTAR: certidão ou declaração expedida por instituição de ensino pública ou privada comprovando sua condição estudantil ou carteira de identidade estudantil ou documento similar expedido por instituição de ensino pública ou privada ou por entidade de representação discente e cumulativamente o comprovante de renda especificando perceber remuneração mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos ou declaração por escrito da condição de desempregado.
- 6.7. em atendimento à Lei Estadual 12.147, de 12 de dezembro de 2005, o candidato terá direito a isenção do pagamento de taxa de inscrição desde que, comprove a doação de sangue, que não poderá ser inferior a 3 (três) vezes em um período de 12 (doze) meses e para comprovação da qualidade de doador de sangue, deverá apresentar documento expedido somente pela entidade coletora credenciada pela União, pelo Estado ou por Município.
7. O Serviço de Recrutamento, Seleção e Movimentação de Pessoal da Divisão de Recursos Humanos publicará no Diário Oficial do Estado as inscrições deferidas e indeferidas.
7.1. Serão consideradas deferidas as inscrições postadas pelas agências do correio durante o período determinado para inscrições de acordo com o Edital e Instruções Especiais.
7.2. O candidato terá sua inscrição indeferida se:
a. não for brasileiro nato ou naturalizado ou não gozar das prerrogativas previstas no artigo 12 da Constituição Federal e demais disposições de lei, no caso de estrangeiros;
b. não possuir idade mínima de 18 anos até o último dia de inscrição;
c. a data de postagem do envio da ficha de inscrição CARTA REGISTRADA + AR (Aviso de Recebimento), não estiver dentro do prazo de inscrição;
d. não apresentar o comprovante original e individual de depósito bancário;
e. o valor do depósito bancário referente a taxa de inscrição não for correspondente à função pleiteada;
f. o depósito bancário não corresponder ao período de inscrição;
g. não apresentar os documentos comprobatórios necessários à concessão da redução da taxa de inscrição, bem como, o valor do depósito bancário não corresponder ao valor da taxa reduzida;
h. não apresentar documento comprobatório necessário à isenção do pagamento de taxa de inscrição;
i. não apresentar cópia do Certificado ou Diploma de conclusão da escolaridade, curso de especialização ou capacitação, comprovante de experiência na função quando exigidos nas Instruções Especiais;
j. não apresentar cópia da Cédula de Identidade do Conselho Regional de Classe ou da franquía provisória dentro do prazo de validade, exigida para o exercício da função pleiteada;
k. não apresentar o original da ficha de inscrição preenchida;

- l. as inscrições forem por telegrama, fac-símile (original ou cópia), Internet e outras formas.
8. A taxa de inscrição, uma vez paga, não será restituída em hipótese alguma.
- DAS PROVAS
9. As provas serão escritas e realizadas em TRÊS partes:
PROVA A - 30 (trinta) questões específicas de MÚLTIPLA ESCOLHA, conforme programa anexo, avaliada de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos, cada questão valerá 1 (hum) ponto.
PROVA B - 03 (três) CÁLCULOS DE MEDICAÇÃO com apresentação do raciocínio e resposta, conforme programa anexo, avaliada de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos, cada cálculo valerá 10 (dez) pontos.
PROVA C - 04 (quatro) questões DISSERTATIVAS, conforme programa anexo, avaliada de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos, cada questão valerá 10 pontos.
- DA BANCA EXAMINADORA
10. As provas serão realizadas por Banca Examinadora.
11. Não poderá integrar a Banca Examinadora, o profissional que:
11.1. tenha relação de parentesco até terceiro grau, inclusive por afinidade, com algum dos candidatos inscritos no concurso (art. 134, V, do Código de Processo Civil, art. 18, II da Lei no. 9784/99 e Edital do Ministério Público);
11.2. seja cônjuge ou companheiro de algum candidato (art. 134, V, do Código de Processo Civil, art. 18, II da Lei no. 9784/99 e Edital do Ministério Público);
11.3. seja amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos candidatos (art. 135, I, do Código de Processo Civil, art. 20, da Lei no. 9784/99 e Código de Ética da USP);
11.4. tenha vinculação funcional atual com o candidato (art. 135, V, do Código de Processo Civil e Código de Ética da USP).
12. Compete ao indicado a compor a Banca Examinadora declarar-se impedido ou suspeito nas hipóteses elencadas no item anterior, sob pena de ensejar a anulação do certame, incidir em falta grave com a respectiva responsabilização funcional.
- DO JULGAMENTO DAS PROVAS
13. As PROVAS A e B serão avaliadas na escala de 0 a 30 pontos e a PROVA C será avaliada na escala da 0 a 40 pontos.
14. O candidato portador de deficiência participará do concurso juntamente com os demais candidatos em igualdade de condições no que diz respeito ao conteúdo e avaliação das provas.
- DA HABILITAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO
15. Será considerado aprovado o candidato que obtiver NOTA MÍNIMA DE 70 (SETENTA) PONTOS A PARTIR DA SOMA-TÓRIA DAS PROVAS A, B e C.
16. Os candidatos habilitados serão classificados de acordo com a média final.
17. Em caso de igualdade de classificação terá preferência para ingresso, sucessivamente o candidato que:
17.1. tiver maior número de filhos;
17.2. for casado;
17.3. maior idade.
18. Haverá duas listas uma geral com a relação de todos os candidatos aprovados e uma especial com a relação dos portadores de deficiência aprovados.
19. As vagas reservadas nos termos do artigo 10 da Lei Complementar no. 683, de 18.9.92, ficarão liberadas se não tiver ocorrido inscrição no concurso, ou aprovação de candidatos portadores de deficiência.
20. Na hipótese prevista no parágrafo anterior, será elaborada somente 1 (uma) lista de classificação geral.
21. Após a publicação no Diário Oficial do Estado das listas geral e especial, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da convocação publicada no Diário Oficial do Estado, os candidatos que no ato da sua inscrição declararam sua deficiência deverão submeter-se a perícia médica para verificação da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.
22. A perícia será realizada pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT do HCFMUSP, por especialista na área de deficiência de cada candidato, devendo o laudo ser proferido no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do respectivo exame.
23. Quando a perícia concluir pela inaptidão do candidato, constituir-se-á, no prazo de 5 (cinco) dias úteis junta médica para nova inspeção, da qual poderá participar profissional indicado pelo interessado.
24. A indicação do profissional pelo interessado deverá ser feita no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da ciência do laudo elaborado pela junta médica.
25. A junta médica deverá apresentar conclusão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da realização do exame.
26. Não caberá qualquer recurso da decisão proferida pela junta médica.
27. Findo o prazo estabelecido no item anterior o Serviço de Recrutamento, Seleção e Movimentação de Pessoal da Divisão de Recursos Humanos publicará o resultado final no Diário Oficial do Estado com as listas de classificação geral e especial, das quais serão excluídos os portadores de deficiência considerados inaptos na perícia médica.
28. O candidato cuja deficiência for configurada para a função na qual se candidatou e considerado apto pela perícia médica, constará das listas de classificação geral e especial.
29. O candidato cuja deficiência não for configurada para a função na qual se candidatou, constará apenas da lista de classificação geral.
30. O concurso só poderá ser homologado depois da realização dos exames mencionados nos itens 21 a 25.
- DA HOMOLOGAÇÃO
31. O Superintendente do HCFMUSP, homologará o Concurso Público, a vista do relatório apresentado, a partir da publicação do resultado final.
- DO PRAZO DE VALIDADE
32. O prazo de validade do concurso será de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação.
33. O prazo mencionado no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, segundo a legislação vigente.
- DA EXECUÇÃO DAS PROVAS
34. A convocação para as provas será feita através de Edital, publicado no Diário Oficial do Estado, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
35. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pelo Diário Oficial do Estado ou pela Internet no site <http://www.imesp.com.br> as publicações de todas as etapas referentes a este concurso, não sendo aceita como justificativa de ausência a alegação de desconhecimento ou comparecimento em datas, locais e horários incorretos, uma vez que a comunicação oficial dar-se-á através de publicações no Diário Oficial do Estado.
36. Os candidatos deverão comparecer ao local das provas, pelo menos 30 minutos antes do horário determinado, MUNIDOS DE UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL: documento hábil de identidade original (Carteira de Identidade - RG) ou Carteira do Órgão de Classe ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habilitação, com fotografia, expedida nos termos da Lei Federal no. 9503, de 23 de setembro de 1997 e caneta esferográfica azul ou preta, não sendo permitido o uso de qualquer crachá de identificação funcional.
37. Os documentos deverão estar em perfeitas condições de forma a permitir a identificação do candidato com clareza.
38. Não será permitido o ingresso do candidato à sala de prova:
38.1. sem a apresentação de um dos documentos hábeis de identificação definidos no item 36;
38.2. após o horário estabelecido.
39. O candidato será eliminado do concurso quando:

- 39.1. ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal ou antes de decorridos trinta minutos do início da prova;
- 39.2. durante a realização da prova for surpreendido em comunicação com outro, verbalmente, por escrito ou qualquer outra forma, bem como utilizando-se de livros ou apontamentos, impressos, calculadoras, pagers, telefones celulares, ou qualquer outro meio eletrônico;
- 39.3. não devolver integralmente o material recebido;
- 39.4. perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.
40. Não haverá segunda chamada ou repetição de provas, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
41. Concluída a avaliação das provas as notas obtidas pelos candidatos serão publicadas no Diário Oficial do Estado e disponibilizadas na Internet no site <http://www.imesp.com.br>.
42. O candidato poderá apresentar pedido de revisão de notas ao Superintendente do HCFMUSP, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da publicação das notas das provas no Diário Oficial do Estado.
43. O pedido de revisão de notas apresentado fora do prazo estabelecido no item anterior não será aceito seja qual for o motivo alegado.
44. A decisão do pedido de revisão de notas será publicada no Diário Oficial do Estado.
45. A decisão publicada poderá, eventualmente, alterar a nota/classificação inicial obtida pelo candidato para uma nota/classificação superior ou inferior, ou ainda poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para habilitação.
46. Esgotado o prazo previsto no item anterior será publicado no Diário Oficial do Estado, o resultado final do concurso com a indicação do número de inscrição, nome do candidato, número do RG, nota obtida na prova A, nota obtida na prova B, nota obtida na prova C, média e a classificação.
- DOS RECURSOS
47. Realizadas as provas do concurso público, terá o candidato prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da realização da prova, para apresentar recurso.
48. O recurso interposto fora do prazo estabelecido no item anterior não será aceito seja qual for o motivo alegado.
49. A matéria do recurso será restrita à alegação de irregularidade insanável ou de preterição de formalidade essencial e não terá efeito suspensivo.
50. O recurso, devidamente instruído, deverá ser dirigido ao Superintendente do HCFMUSP.
51. O Superintendente deverá proferir decisão fundamentada sobre o assunto, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data do protocolo do recurso, com a determinação, se for o caso, da anulação parcial ou total do concurso público.
52. A decisão do recurso será publicada no Diário Oficial do Estado.
- DA ADMISSÃO
53. A Divisão de Recursos Humanos, por meio do Serviço de Recrutamento, Seleção e Movimentação de Pessoal, convocará, através da publicação no Diário Oficial do Estado, os candidatos para a contratação, respeitada sempre a ordem rigorosa de classificação do resultado final.
54. O candidato terá exaurido os direitos decorrentes de sua habilitação no concurso público, para efeito de ingresso, quando se recusar expressamente à contratação ou deixar de atender ao disposto no item anterior.
55. O HCFMUSP reserva-se o direito de não admitir o candidato que já tenha sido seu servidor e que tenha tido seu contrato de trabalho rescindido.
56. Os candidatos convocados na forma do item 53 serão submetidos a exame médico a ser realizado pelo Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT do HCFMUSP e somente serão admitidos aqueles que forem considerados aptos para a função-atividade.
57. Os candidatos que forem considerados aptos pelo SESMT, serão admitidos sob o regime da CLT por prazo determinado de 90 (noventa) dias para prestar serviços essenciais no HCFMUSP, de acordo com as escalas de serviço e dentro dos horários determinados que poderão variar entre diurno, noturno e misto ou na forma de revezamento.
58. Os candidatos admitidos, após treinamento e avaliação de desempenho do período experimental de 90 (noventa) dias considerada satisfatória terão seus contratos de trabalho transformados em contrato por tempo indeterminado.
59. Os candidatos que já exercem cargo ou função no serviço público em geral poderão ser contratados após consulta ao Grupo de Análise de Acumulação de Cargos do HCFMUSP e publicação de parecer favorável desse Grupo no Diário Oficial do Estado.
- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
60. A inexistência das afirmativas ou irregularidades de documentos ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do concurso público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.
61. A inscrição implicará no conhecimento das presentes instruções e no compromisso da aceitação das condições do concurso público aqui estabelecidas.
62. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concursos Públicos, ouvidas as autoridades competentes.
- PROGRAMA
1. Fundamentos de Enfermagem
2. Ética e Legislação Profissional
3. Enfermagem na Saúde do Adulto
4. Enfermagem em Centro Cirúrgico e Centro de Material
5. Enfermagem na Saúde da Criança e Adolescente
6. Enfermagem na Saúde da Mulher
7. Enfermagem na Saúde Mental e Psiquiatria
8. Cuidados de Enfermagem no Preparo e Administração de Medicamentos
9. Cálculo e Diluição de Medicamentos
- BIBLIOGRAFIA
- APECIH - Associação Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar - Limpeza, desinfecção de artigos e áreas hospitalares e anti-sepsia - 2ª ed., 2004
- APECIH - Associação Paulista de Estudos e Controle de Infecção Hospitalar - Esterilização de artigos em Unidades de Saúde - 2ª. Ed., 2008
- BRUNNER, L.S. SUDDARTH, D.S - Tratado de Enfermagem Médica-Cirúrgica. 11ª. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008
- CALIL, A.M. PARANHOS, W.Y. - Enfermagem em situações de emergências. 1ª. Edição. São Paulo: Atheneu, 2007
- CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM - SÃO PAULO - Compacto dicionário ilustrado de saúde e principais legislações de enfermagem. São Paulo, 2009
- CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM - SÃO PAULO - Documentos básicos de enfermagem - enfermeiros, técnicos e auxiliares. São Paulo, 2001
- CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM - SÃO PAULO - Principais legislações para o exercício da enfermagem. São Paulo, 1997
- GIOVANI, A.M.M. - Enfermagem: cálculo e administração de medicamentos. 12ª. Edição. São Paulo: Scrinium, 2006
- GIOVANI, A.M.M. - Medicamentos: cálculos de dosagens. 3ª. Edição. São Paulo: Scrinium, 2006
- LEONE, C.R., TRONCHIN, D.M.R. - Assistência integrada ao recém-nascido, 1ª. Edição. São Paulo: Atheneu, 2001
- MAYOR, E.C.R., Mendes, E.M.T., Oliveira, K.R. - Manual de Procedimentos e Assistência de Enfermagem, São Paulo. 1ª. Edição. Ed. Atheneu, 2000
- NORMA REGULAMENTADORA 32 - NR, Coren SP, 2007
- VIANA, D.L.; CONTRIM; ABE, E.S.H; Azevedo, S.D.R. - Manual de Procedimentos em Pediatria. São Paulo, Yendis Editora, 2006